

**ATA Nº 8/2025 - REUNIÃO ORDINÁRIA DA
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA
BAHIA (UFSC), REALIZADA EM 10/06/2025.**

Maurício Farias Couto (Coordenador da CPA - Presidente da sessão), Rosemary Aparecida Santiago, Elton Fogaça da Costa, Carine Aragão de Mello, Paulo Afonso Cardoso Borges Júnior, Fábio Isaac Machado Faria, Emerson Belém Moutinho, Josué Alves Matos das Virgens, Lizandro Cardoso da Silva, Deborah Rachel Levi Nascimento e Adriano Marcus Nunes Gomes. Ausência justificada: Marcelo José Santana Santos Júnior. Secretária: Núbia Pereira da Silva Alves. ORDEM DO DIA: 1. Informes. 2. Alteração e aprovação do Regimento da CPA após período de consulta da comunidade acadêmica. 3. Apresentação e aprovação do Plano Trienal (2025-2027). 4. Aplicação do formulário de ensino aprendizagem 2025.1. 5. Modelo de Plano de Ação para os Cursos, após avaliação do MEC, seguindo o modelo usado pelo LI ARTES - CSC. 6. Início das reuniões com os decanatos para apresentar o Plano Trienal e RAC e Plano de ação. 7. Alteração da Página da CPA e Painel de Dados da CPA. 8. Criação de GT's (ex: comunicação, relatórios anuais, avaliação institucional etc.) 9. Semana de acolhimento - 2025.2 (18/08 a 22/08/2025) 10. Proposta de Reunião com os avaliadores do INEP para entender o novo modelo e tentar se adequar à nova realidade. 11. Relatórios solicitados pelos cursos de Oceanologia, Engenharia Florestal e BI em Ciências da Natureza. 12. O que ocorrer. 1. Informes. Prof. Maurício Couto (Coordenador da CPA - Presidente da sessão) informou que, entre os dias 25 a 27 de junho de 2025, ocorrerão visitas dos avaliadores do INEP para os cursos de Licenciatura Interdisciplinar (LI) em Matemática e Ciências Humanas do CPF. De 7 a 9 de julho de 2025, as visitas serão para os cursos de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais do CPF e LI em Ciências da Natureza do CPF. Explicou que as avaliações estão mais rigorosas, e será necessário reorganizar a CPA e as ações institucionais para acompanhar essas mudanças. Informou que a partir de 2025.2, o INEP fará uma amostragem piloto com novos critérios de avaliação, com implementação plena em 2026. Informou que o 3º Seminário de Governança, antes previsto para maio/junho de 2025, foi remarcado para os dias 8, 9 e 10 de julho de 2025. **2. Alteração e aprovação do Regimento da CPA após período de consulta da comunidade acadêmica.** O segundo ponto da reunião tratou da análise, debate e aprovação da nova versão do Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação (CPA), após o encerramento do período de consulta pública à comunidade acadêmica. Foi informado que, durante o prazo estipulado, não houve encaminhamento de sugestões por parte de docentes, técnicos,

discentes ou demais segmentos institucionais. Ainda assim, os membros da comissão apresentaram propostas de ajustes com base na experiência prática das reuniões e na necessidade de adequação às dinâmicas institucionais. Prof. Maurício Couto destacou a necessidade de alteração do §2º do artigo 10, referente à lavratura e aprovação das atas. Explicou que o regimento anterior previa que as atas fossem obrigatoriamente lidas e aprovadas apenas na reunião seguinte, o que, devido à periodicidade mensal das reuniões, resultava em atraso para a efetividade das deliberações. Propôs que o texto fosse ajustado para permitir que as atas fossem lidas, aprovadas e disponibilizadas eletronicamente em prazo mais célere, assegurando a agilidade nas ações da CPA. Na sequência, Prof. Elton Folgaça sugeriu que as atas sejam elaboradas em até dois dias úteis após cada reunião e disponibilizadas aos membros por sete dias para manifestação e eventuais correções. Após esse prazo, o documento seria considerado apto para aprovação e posterior assinatura eletrônica. A Profª. Rosemary Santiago reforçou a necessidade de que a aprovação das atas continue sendo obrigatória, mesmo com os novos procedimentos. Diante das propostas, ficou consensuado que a redação final do parágrafo segundo do artigo 10 passaria a ser: “A cada reunião será lavrada ata, que deverá ser lida, aprovada e disponibilizada eletronicamente para assinatura dos membros presentes”. Em seguida, foi discutida a proposta de alteração do artigo 12, apresentada pelo Prof. Maurício Couto, que sugeriu a retirada do termo “homologado” em referência ao Plano Trienal da CPA, por considerar que o termo não expressa com precisão o papel de autonomia da comissão. Lizandro Silva manifestou concordância, e a proposta foi aprovada por unanimidade, ficando suprimido o referido termo do texto do regimento. Ainda no processo de revisão, Adriano Gomes apresentou sugestão de alteração do artigo 9, inspirada no modelo adotado pela UFRN, para retirar a vedação à recondução dos membros da CPA. Justificou a proposta destacando a importância da preservação da memória institucional e a ausência de uma estrutura de secretaria exclusiva da comissão, o que compromete a continuidade dos trabalhos e a apropriação histórica por novas gestões. Maurício Couto reforçou o argumento, destacando que a CPA possui caráter estratégico e que mudanças abruptas podem comprometer a qualidade da avaliação. Lizandro Silva também se posicionou favoravelmente, ressaltando que a avaliação institucional deve ser contínua e que a possibilidade de recondução não compromete o princípio da renovação, especialmente quando há engajamento e comprometimento dos membros. Após os debates, foi aprovada a exclusão do dispositivo que vedava a recondução de membros da CPA, assegurando a possibilidade de continuidade de suas atuações, quando for do interesse institucional. Encerradas as discussões sobre as alterações pontuais, Maurício Couto propôs que o novo regimento, já com as alterações incorporadas na presente reunião, fosse submetido à votação em sua integralidade. A proposta foi acolhida e o regimento interno da CPA foi aprovado por unanimidade. **3. Apresentação e aprovação do Plano Trienal (2025-2027).** Adriano Gomes realizou a apresentação do Plano Trienal da CPA para o período de 2025 a 2027. Contextualizou que a elaboração do plano surgiu como resposta a um parecer do MEC, que resultou na assinatura de um Protocolo de Compromisso com a Universidade, com o objetivo de mitigar e superar fragilidades apontadas em processos avaliativos anteriores. O plano foi construído a

partir desse compromisso, articulando-se com a revisão do Regimento da CPA e com os princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), sendo estruturado com base na metodologia PDCA (Planejar, Executar, Verificar, Agir). A metodologia de elaboração foi proposta pela Prof^a. Rosemary Santiago, e desenvolvida por um grupo de trabalho composto por Adriano Gomes, Prof^a. Luciana Ferreira e o Prof. Maurício Couto, utilizando como referência o modelo aplicado pela UFES. Durante a apresentação, Adriano Gomes detalhou como o plano busca superar a prática limitada à avaliação do ensino-aprendizagem, ampliando o escopo da avaliação institucional para áreas como qualidade do ensino, assistência estudantil, infraestrutura, permanência e gestão institucional. O objetivo é fomentar uma cultura universitária baseada em dados e evidências, promovendo o uso sistemático dessas informações na tomada de decisões. O plano recomenda que as unidades e setores da universidade conheçam e utilizem os resultados da avaliação institucional como instrumentos de planejamento e melhoria dos serviços prestados. Foi destacado que os avaliadores do MEC têm cobrado mais rigorosamente o uso de dados e as respostas da gestão às recomendações da CPA, o que demanda maior articulação institucional. O plano propõe estratégias para ampliar a participação da comunidade acadêmica, sobretudo dos discentes, ressaltando que *“quem não avalia, não sabe onde melhorar”*. Adriano Gomes explicou ainda que os instrumentos de coleta serão aprimorados com o uso do *LimeSurvey* e que haverá análise sistemática de documentos institucionais como o PDI, relatórios de gestão, relatórios de avaliação externa e os próprios pareceres do MEC — enfatizando a importância de *“retirar esses documentos da gaveta”* para que cumpram seu papel estratégico. Foram apresentados também: Cronograma de atividades, com destaque para a realização de um Fórum de Conversa em julho, que marcará uma nova fase da CPA; Plano de ação, com definição de responsabilidades e instrumentos de monitoramento; Estratégias de comunicação e engajamento da comunidade; Relatórios parciais e finais, que servirão de base para o acompanhamento e a prestação de contas. Maurício Couto (Coordenador da CPA - Presidente da sessão) sugeriu que o plano seja estudado por todos os membros, reforçando o seu valor institucional e mencionando experiências anteriores com avaliadores. Prof^a. Rosemary Santiago parabenizou o grupo responsável pela elaboração do plano, destacando a qualidade do trabalho desenvolvido e a importância da próxima etapa: a sua efetiva implementação. Encaminhada a proposta à votação, o Plano Trienal 2025–2027 foi aprovado por unanimidade. **4. Aplicação do formulário de ensino aprendizagem 2025.1.** Adriano Gomes iniciou a discussão sobre a aplicação do formulário de avaliação de ensino-aprendizagem referente ao semestre 2025.1. Destacou que têm surgido diversos questionamentos por parte das coordenações de curso, especialmente em relação à qualidade das devolutivas e ao uso efetivo dos dados coletados. Reforçou que a CPA está atuando em conjunto com as coordenações de cursos e decanatos para melhorar os processos de devolutiva e uso estratégico das informações avaliativas. Apontou-se a necessidade de repensar o formato e conteúdo dos formulários discentes, mantendo a comparabilidade entre semestres, mas ajustando os instrumentos para refletir melhor a realidade das práticas pedagógicas atuais. Foi proposto que o período de avaliação ocorra duas semanas antes do fim

das aulas, estendendo-se até o final do período de matrícula do semestre seguinte, evitando o esvaziamento da participação discente. Lizandro Silva levantou a questão do período ideal para aplicação dos formulários, sugerindo que fosse alinhado aos períodos de avaliação dos cursos, para que os estudantes possam avaliar com maior propriedade o funcionamento dos componentes curriculares. Ressaltou que os questionários precisam ser objetivos e consistentes, abordando de forma clara aspectos da oferta das disciplinas, incluindo situações de aulas remotas e híbridas, que muitas vezes não são explicitadas nas metodologias. Nas discussões, foram relatados casos de problemas na oferta presencial de componentes que estão sendo ministrados remotamente, inclusive com o uso excessivo de aulas gravadas, síncronas ou assíncronas, sem a devida previsão nas metodologias aprovadas. Citou-se, como exemplo, o caso do curso de Engenharia Civil, cujas aulas remotas foram questionadas no âmbito do Protocolo de Compromisso firmado com o MEC. Também foi mencionado o parecer do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Linguagens do CJA, que recebeu conceito 3, com ênfase na carência de estrutura adequada para componentes ofertados com metodologia EAD, levantando preocupações sobre formação de tutores, equipe multidisciplinar e infraestrutura. Foi discutida a necessidade de melhorar os formulários, incluindo novos parâmetros que permitam avaliar a real experiência do estudante, com maior clareza sobre o tipo de aula (presencial, remota, híbrida, síncrona, assíncrona), além de ampliar o número de opções de resposta. Também foi levantada a proposta de utilizar os recursos de moderação no SIGAA, que permite a curadoria dos comentários abertos feitos por discentes, viabilizando a construção de análises qualitativas, como nuvens de palavras e agrupamento temático de observações. Prof. Maurício Couto ressaltou que muitas coordenações ainda não têm acesso sistemático aos relatórios e informações consolidadas das avaliações. A proposta é garantir que esses dados cheguem às coordenações e NDEs, possibilitando a elaboração de Planos de Ação com base nas análises diagnósticas, o que representa um avanço em relação aos ciclos anteriores. Foi acordado que, para o semestre 2025.1, será mantida a estrutura atual do questionário, a fim de não prejudicar a série histórica de dados, considerando que qualquer mudança significativa no instrumento neste momento impactaria a comparabilidade. Assim, eventuais reformulações mais amplas ficam previstas para o ciclo 2026. O período de aplicação do formulário ficou definido para 21/07 a 06/08, totalizando 18 dias. Ficou encaminhado que a CPA vai solicitar suporte técnico à STI via Helpdesk, além de reforçar a comunicação institucional com as coordenações e discentes sobre a obrigatoriedade e importância da participação da comunidade no processo avaliativo. A abertura oficial da avaliação será comunicada à equipe do STI, com as datas de encerramento e procedimentos operacionais. O cronograma e a metodologia de aplicação do formulário de avaliação de ensino-aprendizagem 2025.1 foram aprovados por unanimidade. **5. Modelo de Plano de Ação para os cursos, após avaliação do MEC, seguindo o modelo usado pelo LI ARTES - CSC.** Adriano Gomes apresentou à comissão o modelo de Plano de Ação utilizado pelo curso de Licenciatura Interdisciplinar em Artes (LI Artes) do CSC, que obteve conceito 5 na avaliação externa do MEC. O modelo foi elaborado com base no diagnóstico das fragilidades apontadas no relatório de avaliação externa, sendo considerado uma boa

prática institucional. A proposta é que esse modelo seja recomendado às coordenações dos cursos avaliados, como uma forma de sistematizar a resposta institucional às recomendações dos avaliadores e promover a melhoria contínua dos cursos. O modelo sugerido, inspirado pelo documento que foi elaborado pelo Prof. Leonardo Souza, contempla: diagnóstico dos pontos frágeis identificados no relatório de avaliação; propostas de ação específicas, com indicação de responsáveis; critérios de monitoramento e indicadores de avaliação; cronograma de execução; avaliação periódica ao longo do tempo até a próxima avaliação externa e anexos e evidências documentais. Adriano Gomes ressaltou que o objetivo não é apenas responder aos avaliadores, mas utilizar os relatórios como ferramenta de gestão e planejamento acadêmico. Ressaltou que o plano de ação bem estruturado deixa boa impressão junto aos avaliadores, evidenciando organização, compromisso com a qualidade e capacidade de resposta institucional. Prof. Maurício Couto sugeriu que esse modelo também seja incorporado no rol de documentos solicitados por Anderson Rangel, Procurador Educacional Institucional, às Coordenações de Cursos, e que um checklist padrão seja elaborado pela CPA, podendo ser utilizado tanto antes quanto depois das avaliações (interna e externa). Propôs ainda que o modelo seja disponibilizado no site institucional e com os decanatos e as coordenações de cursos. Foi destacado que a CPA deve produzir relatórios específicos, indicando as ações esperadas por parte da PROGEAC, do PEI e dos cursos. A ideia é fechar um pacote avaliativo a cada semestre, com relatórios de avaliação e planos de ação consolidados, conforme reforçado por Adriano Gomes. Informou que está em processo de leitura dos relatórios de avaliação externa recentes, e que há uma demanda crescente por sistematização das devolutivas por parte das coordenações de cursos. A proposta é que, ao final de cada ciclo avaliativo, seja feita uma reunião com a coordenação do curso avaliado para solicitar o plano de ação e acompanhar suas execuções. Foi debatido se o modelo seria restrito aos cursos avaliados ou se poderia ser utilizado por todos os cursos. Ficou decidido que o modelo será enviado para todos os cursos da universidade, como recomendação orientativa, cabendo às coordenações fazerem uso conforme sua realidade e necessidade. Encaminhou-se para aprovação. Aprovado por unanimidade o uso do modelo como referência padrão para elaboração de planos de ação após avaliações externas do MEC.

6. Início das reuniões com os decanatos para apresentar o Plano Trienal e RAC e Plano de ação. Prof. Maurício Couto abriu o ponto de pauta destacando a importância de iniciar reuniões com os decanatos dos campi com o objetivo de apresentar o Plano Trienal da CPA, os Relatórios de Autoavaliação do Curso (RAC) e os respectivos Planos de Ação. Enfatizou que essas ações são fundamentais para construir uma cultura institucional de avaliação e para promover o alinhamento entre as unidades acadêmicas e os compromissos firmados com os processos internos e externos de avaliação. Sugeriu que as reuniões fossem iniciadas a partir do mês de julho, com uma agenda previamente organizada para permitir a participação efetiva das equipes dos campi. Prof. Elton Folgaça propôs que, ao invés de realizar reuniões isoladas com os decanatos, as apresentações do Plano Trienal e dos demais instrumentos fossem integradas às Rodas de Conversas que ocorrerão de 07 a 11 de julho de 2025. Argumentou que essa integração evitaria sobreposição de eventos e otimizaria a

presença das equipes acadêmicas, fortalecendo o processo de escuta e sensibilização em torno da avaliação institucional. A proposta foi apoiada por Adriano Gomes, que reforçou a importância de aproveitar as rodas de conversa para incorporar os temas da CPA, evitando o acúmulo de agendas distintas no mesmo período. Lizandro Silva lembrou que o período entre 07 e 11 de julho de 2025 está inserido no calendário do processo eleitoral da universidade, que se estende até o dia 19 de julho de 2025. Mesmo com essa sobreposição, entendeu que a realização das rodas de sensibilização nos campi seria viável, desde que bem articulada com as coordenações locais. Prof. Maurício Couto sugeriu, então, transformar as visitas previstas inicialmente como reuniões com os decanatos em eventos presenciais nos campi, no formato de rodas de conversa e ações de sensibilização, com o apoio da CPA local, das coordenações de campus e dos gabinetes dos decanatos. Prof^a. Rosemary Santiago justificou que poderá não estar presente nas atividades presenciais devido a compromissos previamente agendados, mas concordou com o encaminhamento proposto. Encaminhou-se para aprovação. Aprovado por unanimidade. **7. Alteração da Página da CPA e Painel de Dados da CPA.** Prof. Maurício Couto iniciou o ponto relatando as dificuldades enfrentadas por coordenadores de curso e avaliadores do MEC para localizar, na página institucional, os documentos e informações da CPA. Destacou que a navegabilidade e a organização atual da página dificultam o acesso a conteúdos importantes, como relatórios de avaliação, protocolos e instrumentos institucionais. Em seguida, o Adriano Gomes apresentou uma proposta de reformulação da página da CPA, com mudança no layout e nos ícones, tornando-a mais fluida, acessível e de fácil compreensão. A proposta prevê uma reestruturação visual, com menus mais intuitivos e informações organizadas por blocos temáticos. Foram sugeridas melhorias como: inclusão de ícones objetivos que identifiquem relatórios, formulários, dados e legislações; organização de seções para tornar a experiência de navegação mais clara e funcional; inserção futura de seções com a missão, visão e valores da CPA, cuja redação será discutida em uma reunião posterior e proposta de inserir um desenho ou elemento visual institucional para facilitar o entendimento da estrutura e fluxos da CPA. A proposta de alteração do layout da página foi aprovada por unanimidade. Na sequência, Adriano Gomes apresentou o novo Painel de Dados da CPA, que já está funcionando. Explicou que o painel contém: resultados de avaliações externas dos cursos; indicadores como IGC (Índice Geral de Cursos); filtros por campus, curso, ano e outros critérios, permitindo uma visualização mais dinâmica e analítica dos dados de avaliação institucional. Informou que o painel estará publicamente disponível no site, como ferramenta de transparência e apoio à gestão acadêmica. Encaminhou-se para aprovação do Painel de dados da CPA como seção fixa na página oficial da CPA. Aprovado por unanimidade. Encaminhamento aprovado: atualização da página da CPA e solicitação de elaboração de uma notícia institucional pela ACS (Assessoria de Comunicação Social) para divulgar as atualizações realizadas. **8. Criação de GT's (ex: comunicação, relatórios anuais, avaliação institucional etc.)** Foi apresentada e discutida a proposta de criação de Grupos de Trabalho (GTs) para apoiar as ações estratégicas da CPA, visando atender às demandas recorrentes da avaliação institucional e à execução das atividades

previstas no Plano Trienal. A proposta foi justificada como fundamental para dar maior agilidade e organização às tarefas e compartilhar responsabilidades entre os membros, conforme as frentes temáticas da comissão. Prof. Maurício Couto reforçou que os GTs serão orientados e acompanhados pelo planner institucional, que organizará os cronogramas de trabalho, prazos e fluxos entre os subgrupos. Foram criados os seguintes GTs (ou subcomissões): 1- Subcomissão de Comunicação: Fábio Faria, Rosângela Cidreira, Deborah Rachel, Karoline Valente e Prof^a. Danielle Barros. Objetivo: aprimorar a comunicação da CPA com a comunidade acadêmica, propor ações nas redes sociais (como a criação de um perfil no Instagram), e colaborar com a Assessoria de Comunicação para maior visibilidade das ações da comissão. 2- Subcomissão de Avaliação de Ensino-Aprendizagem: Membros: Marcelo Santana, Prof^a. Luciana Ferreira e Josué Alves. Objetivo: atuar na organização, revisão e análise dos formulários de avaliação de ensino-aprendizagem aplicados aos discentes e docentes. 3- Subcomissão de Avaliação Institucional (1º e 3º anos) e Avaliação Temática (2º ano): Membros: Paulo Borges, Emerson Belém, Prof. Elton Fogaça, Prof^a. Carine Aragão, Prof^a. Rosemary Santiago, Prof. Robson Costa e Lizandro Silva. Objetivo: conduzir os processos de autoavaliação institucional regulares e temáticos, elaborar relatórios e propor ações com base nos dados coletados. 4- Subcomissão de Relatórios (E-MEC e Plano Trienal): Membros: Prof. Maurício Couto e Adriano Gomes. Objetivo: elaborar e consolidar relatórios institucionais, especialmente os exigidos pelo e-MEC e os vinculados ao Plano Trienal da CPA. Adriano Gomes destacou a importância de aproveitar o banco de dados já existente na nuvem institucional, e solicitou que todos os membros tenham acesso ao Office 365 para colaboração integrada. Ressaltou também que o trabalho das subcomissões contribui diretamente para as demandas que vêm sendo apontadas pelos avaliadores externos, e que a CPA precisa mostrar resultados práticos de suas ações para consolidar sua importância estratégica na universidade. Foi discutida ainda a possibilidade de participação dos membros suplentes nas subcomissões, como forma de ampliar o engajamento e garantir continuidade dos trabalhos. Ressaltou-se que a Subcomissão de Comunicação terá papel fundamental na criação de canais mais efetivos com a comunidade acadêmica, com propostas de comunicação horizontal, linguagem acessível e uso de mídias sociais. Foi citado como referência o trabalho realizado pelo DCE nas redes sociais, reforçando a importância de uma comunicação direta, transparente e participativa. Encaminhou-se para aprovação. A criação dos Grupos de Trabalho da CPA foi aprovada por unanimidade. Ficou acordado que a Coordenação da CPA entrará em contato com os membros ausentes para confirmar ou realocar suas participações nos GTs. **9. Semana de acolhimento - 2025.2 (18/08 a 22/08/2025).** Foi colocada em discussão a possibilidade de participação da CPA na Semana de Acolhimento 2025.2, que ocorrerá entre os dias 18 e 22 de agosto de 2025. A proposta foi recebida com consenso quanto à importância estratégica da presença da CPA nesse momento institucional, especialmente para apresentar aos novos discentes o papel da comissão, explicar as mudanças recentes, destacar os instrumentos de avaliação em uso e engajá-los desde o início na cultura de autoavaliação da universidade. Prof. Maurício Couto e o Adriano Gomes se disponibilizaram para integrar a equipe de organização da participação da CPA no

evento, convidando os demais membros a se somarem voluntariamente ao grupo responsável por essa ação. Foi destacado que, mesmo que a composição inicial da equipe seja reduzida, a participação de mais membros será bem-vinda a qualquer momento, bastando que manifestem interesse. A iniciativa foi considerada essencial para reforçar a visibilidade da CPA perante a comunidade discente, promover uma cultura de avaliação comprometida com a melhoria institucional e convocar os estudantes a participarem ativamente dos processos avaliativos. Encaminhou-se para aprovação. A participação da CPA na Semana de Acolhimento 2025.2 foi aprovada por unanimidade. A composição inicial do grupo organizador contará com Prof. Maurício Couto e Adriano Gomes, com abertura para adesão de outros membros posteriormente. **10. Proposta de Reunião com os avaliadores do INEP para entender o novo modelo e tentar se adequar à nova realidade.** Foi apresentada a proposta de realização de uma reunião com avaliadores do INEP, com o objetivo de compreender melhor o novo modelo de avaliação externa e adequar as práticas institucionais às novas exigências. A iniciativa surge como resposta ao recente relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), que aponta alterações significativas nos critérios de avaliação e recomendações voltadas à melhoria da qualidade do ensino superior no país. A reunião proposta pretende ser um momento de diálogo direto com avaliadores experientes, para que a CPA, as coordenações de curso e demais setores envolvidos possam sanar dúvidas, alinhar entendimentos e ajustar procedimentos internos, com foco na prevenção de fragilidades e no fortalecimento das ações de avaliação institucional. Encaminhou-se para aprovação. A proposta de reunião com os avaliadores do INEP foi aprovada por unanimidade. **11. Relatórios solicitados pelos cursos de Oceanologia, Engenharia Florestal e BI em Ciências.** Os relatórios referentes aos anos anteriores estão sob responsabilidade do Marcelo Santana, que teve sua ausência justificada. **12. O que ocorrer.** O Prof. Maurício Couto informou que será realizado um benchmarking com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), como parte do processo de formação e capacitação da CPA. Ressaltou a importância deste momento para a uniformização do conhecimento entre os membros da comissão, garantindo maior eficiência e alinhamento nas ações desenvolvidas. Solicitou a participação de todos os membros da CPA, destacando que, caso os titulares não possam comparecer, os suplentes deverão assumir suas funções. **ENCERRAMENTO.** Não havendo algo mais a tratar, eu, Núbia Pereira da Silva Alves, secretária da CPA, lavrei a presente ATA que, depois de lida e aprovada, será por todas (os) assinada. Itabuna - BA, 04 de julho de 2025.